

# UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: INSTRUMENTOS DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DA FLORESTA NACIONAL DE CANELA

(Atividade voluntária em pesquisa)

Acadêmica: Luísa Correa de Lara

Orientador: Professor Drº Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira

O presente estudo se insere no Projeto de pesquisa Direito dos bens comuns ambientais entre público e privado, cujo objetivo central é reunir elementos conceituais e metodológicos para a teorização do direito ao ambiente como feixe de direitos ou de demandas por afirmação dos mesmos, relacionados ao usufruto de bens comuns ambientais, de caráter material e imaterial, real ou simbólico, tipicamente sujeitos à expropriação abusiva, privada ou estatal.

A partir da discussão envolvendo os direitos aos recursos naturais e levando em consideração os conflitos de ordem econômica que daí surgem, a exemplo das pretensões de apropriação privada e mercantilização de tais bens e recursos, recorre-se ao estudo da legislação e das decisões jurídico-políticas para compreender a situação fática que envolve a Floresta Nacional de Canela (FLONA), Unidade de Conservação do grupo de uso sustentável situada no município de Canela/RS.

O trabalho busca compreender a relação entre categorias jurídicas públicas e privadas, delimitando aquilo que constitui direitos e deveres da coletividade, com respaldo na concepção de bens comuns ambientais, tema que vem ganhando elevada relevância e destaque no que tange ao Direito

Ambiental contemporâneo. O trabalho consistirá em um levantamento das normas legais aplicáveis à FLONA, incluindo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (9.985/2000), o Decreto de criação e o Plano de manejo da Unidade; levantamento de decisões administrativas ou judiciais que digam respeito à FLONA; levantamento de bibliografia relativa às unidades de conservação e relativa aos interesses de ordem política e econômica da região, que possam resultar em pressão sobre a Unidade, do ponto de vista de sua proteção ambiental.

As informações levantadas servirão para aferir quais são os principais riscos à Unidade e compreender se o aparato jurídico de proteção da Unidade é pertinente ou se é deficitário.

Em suma, levando em consideração os efeitos nocivos da atividade antrópica, a qual tem provocado a destruição da quase totalidade dos biomas brasileiros, faz-se uma análise jurídica sobre o tema, visando obter soluções práticas a partir da utilização dos instrumentos legais e administrativos capazes de contribuir para a preservação da FLONA, abrigo da Mata Atlântica, bioma de extraordinária biodiversidade.